

# **Centro Social Santa Joana Princesa**

**Anexo**

**12 de março de 2022**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	13
6	Ativos Intangíveis .....	13
7	Locações .....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	14
9	Inventários .....	14
10	Rédito .....	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	15
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	15
14	Imposto sobre o Rendimento .....	15
15	Benefícios dos empregados .....	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
17	Outras Informações .....	16
17.1	Investimentos Financeiros .....	16
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	17
17.3	Clientes e Utentes .....	17
17.4	Outras contas a receber .....	17
17.5	Diferimentos .....	17
17.6	Outros Ativos Financeiros .....	18
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	18
17.8	Fundos Patrimoniais .....	18
17.9	Fornecedores .....	18
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	19
17.11	Outras Contas a Pagar .....	19
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	19
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	19
17.14	Fornecimentos e serviços externos .....	20

---

17.15 Outros rendimentos.....	20
17.16 Outros gastos.....	20
17.17 Resultados Financeiros .....	21
17.18 Acontecimentos após data de Balanço .....	21

## **1 Identificação da Entidade**

---

O Centro Social Santa Joana Princesa é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 45, Série III, de 23 de Fevereiro de 1978, com sede em Avenida Santa Joana, n.º 63. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Concessão de bens e a prestação de serviços de apoio a crianças e respectiva família;
- Contribuição para a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Protecção e promoção da saúde, através de prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Apoio na integração social e comunitária e resolução de problemas habitacionais das populações.
- Assistência a idosos nas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.
- Concessão de bens e a prestação de serviços de apoio a idosos e respectiva família.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram

preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;

- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### **3.2.2 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

### **3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Nada a relatar.

#### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

#### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado

separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.7 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

### **3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Beneméritos, doadores e associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.10 Provisões**

Nada a relatar.

#### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

##### Locações

Não aplicável.

#### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

A instituição é isenta de IRC.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Durante o exercício de 2021 foi possível esclarecer junto das entidades oficiais a melhor classificação contabilística dos donativos. Deste modo alterou-se a contabilização do Donativos da conta 78881-Donativos para a conta 7531-Doações e donativos.

Esta alteração voluntaria não produziu quaisquer efeitos nos resultados nem na estrutura financeira da Instituição.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

Nada a relatar.

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

Mapa Ativos Fixos Tangíveis início e no fim dos períodos de 2021 mostrando as adições, os abates e alienações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferê ncias	Revalorizaçõ es	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	111.431,45					111.431,45
Edifícios e outras construções	2.643.170,94	14.983,05				2.658.153,99
Equipamento básico	211.678,79	20.807,47				232.486,26
Equipamento de transporte	154.026,75	-				154.026,75
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	70.840,27	-				70.840,27
Outros Ativos fixos tangíveis	91.468,87	-				91.468,87
<b>Total</b>	<b>3.282.617,07</b>	<b>35.790,52</b>	-	-	-	<b>3.318.407,59</b>

##### Propriedades de Investimento

Nada a relatar.

#### **6 Ativos Intangíveis**

##### Bens do domínio público

Nada a relatar.

Outros Ativos Intangíveis

Nada a relatar.

**7 Locações**

Não aplicável.

**8 Custos de Empréstimos Obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	30.307,56	110.810,12	141.117,68	101.882,57	84.857,50	186.740,07
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30.307,56</b>	<b>110.810,12</b>	<b>141.117,68</b>	<b>101.882,57</b>	<b>84.857,50</b>	<b>186.740,07</b>

**9 Inventários**

Em 31 de dezembro 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

O inventário final em 2020 foi de 2.545,39€ e em 2021 foi de 1.419,27€. O Custo das Mercadorias vendidas e das Matérias consumidas em 2020 foi 112.145,83€ e 2021 foi 126.424,53€.

**10 Rédito**

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2021
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	475.189,92	477.590,00
Quotas e joias	11.944,00	10.549,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	161,58	231,34
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>487.295,50</b>	<b>488.370,34</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nada a relatar.

### Passivos contingentes

Não aplicável.

### Ativos contingentes

Não aplicável.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2021
<b>Subsídios do Governo</b>		
	583.879,24	638.190,66
<b>Apoios do Governo</b>		
	32.918,95	
<b>Total</b>	<b>616.798,19</b>	<b>638.190,66</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

## 15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 foram 11 e em 2021 foram 9.

Os órgãos directivos não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 60 e em 31/12/2021 foram 64.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	664.283,86	747.545,30
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1.433,93	241,62
Encargos sobre as Remunerações	135.593,90	165.022,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.812,72	4.066,12
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	11.748,78	10.973,74
<b>Total</b>	<b>819.873,19</b>	<b>927.849,60</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2021
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>6.159,05</b>	<b>7.490,73</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>6.159,05</b>	<b>7.490,73</b>

**17.2 Beneméritos, patrocinadores, doadores e associados**

Nada a relatar.

**17.3 Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	8.393,11	6.131,60
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.393,11</b>	<b>6.131,60</b>

**17.4 Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	98.988,89	112.783,71
Adiantamentos ao pessoal	914,23	914,23
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	19.186,20	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>119.089,32</b>	<b>113.697,94</b>

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	14.725,61	13.606,17
<b>Total</b>	<b>14.725,61</b>	<b>13.606,17</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	14.478,00	3.135,84
<b>Total</b>	<b>14.478,00</b>	<b>3.135,84</b>

**17.6 Outros Ativos Financeiros**

Nada a relatar.

**17.7 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2021
Caixa	2.523,00	5.752,70
Depósitos à ordem	1.524,37	0,00
Depósitos a prazo	22.580,00	0,00
DO-Conta Serviço Novo Banco	140.000,00	145.000,00
<b>Total</b>	<b>166.627,37</b>	<b>150.752,70</b>

**17.8 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	101.161,47	0,00	0,00	101.161,47
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0
Reservas	168.635,26	0,00	0,00	168.635,26
Resultados transitados	-18.927,14	0,00	35.715,33	16.788,19
Excedentes de revalorização	177.387,80	0,00	0,00	177.387,80
Outras variações nos fundos patrimoniais	780.073,61	40.574,71	48.172,40	772.475,92
<b>Total</b>	<b>1.208.331,00</b>	<b>40.574,71</b>	<b>83.887,73</b>	<b>1.236.448,64</b>

**17.9 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Fornecedores c/c	50.559,83	56.217,44
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>50.559,83</b>	<b>56.217,44</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.033,06	2.826,54
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.033,06</b>	<b>2.826,54</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.614,14	5.317,32
Segurança Social	22.264,84	23.060,34
Outros Impostos e Taxas	187,93	225,74
<b>Total</b>	<b>28.066,91</b>	<b>28.603,40</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		1.422,55		5,99
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		259,63		0,00
Credores por acréscimo de gastos		110.916,21		120.001,62
Outros credores		0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>112.593,34</b>	<b>0,00</b>	<b>120.007,61</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Nada a relatar.

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	583.879,24	638.190,66
Subsídios de outras entidades	32.918,95	47.896,28
Doações e heranças	0,00	15.335,96
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>616.798,19</b>	<b>701.422,90</b>

#### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Subcontratos	10,00	0,00
Serviços especializados	28.829,63	57.911,82
Materiais	15.285,11	20.085,37
Energia e fluidos	54.829,92	54.256,42
Deslocações, estadas e transportes	510,80	293,70
Serviços diversos	41.150,86	44.277,54
<b>Total</b>	<b>158.211,31</b>	<b>176.824,85</b>

#### 17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	49.256,42	50.808,14
<b>Total</b>	<b>49.256,42</b>	<b>50.808,14</b>

#### 17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Impostos	29,20	537,57
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e	0,00	0,00

empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	595,20	9.967,60
<b>Total</b>	<b>624,41</b>	<b>10.505,60</b>

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	5.135,00	5.541,66
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.135,00</b>	<b>5.541,66</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	161,58	231,34
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>161,58</b>	<b>231,34</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-4.973,42</b>	<b>-5.310,32</b>

### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Joana, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

A Direcção